

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 09.568.947/0001-78
Belo Horizonte - MG

Baguari
Energia S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"), com cota-parte de 69,38%, e Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), com cota-parte de 30,62%, constituíram a Sociedade de Propósito Específico-SPE Baguari Energia S.A. ("Companhia") em 03 de abril de 2008, sociedade anônima de capital fechado, na forma de subsidiária, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar ala A2, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG - CEP 30.190 - 131. O controle da Companhia é compartilhado entre Cemig GT e Furnas, conforme acordo de acionistas assinado entre as partes.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, majoritariamente, em especial no Consórcio UHE Baguari, do qual a Companhia detém 49%, constituído para a exploração do Contrato de Concessão da Usina Hidrelétrica Baguari, de nº 001/2006, com prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura.

A Companhia tem a concessão pública federal para a exploração do potencial hidráulico da Usina Hidrelétrica Baguari, a qual foi concedida em setembro de 2009, com validade até setembro de 2042.

A Usina Hidrelétrica de Baguari é um empreendimento localizado no Rio Doce, no estado de Minas Gerais, próximo à cidade de Governador Valadares. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce está situada na região Sudeste, compreendendo uma área de drenagem de cerca de 83.400 km², dos quais 86% pertencem ao estado de Minas Gerais e o restante ao estado do Espírito Santo (não auditados). Limita-se ao sul com a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, a oeste com a Bacia do Rio São Francisco, e, em pequena extensão com a do Rio Grande. Ao Norte, limita-se com a Bacia dos Rios Jequitinhonha e Mucuri e a noroeste com a Bacia do Rio São Mateus.

O aproveitamento é de 140 MW de potência instalada distribuídos em quatro grupos hidrogeradores, utilizando turbinas tipo Bulbo com potência unitária nominal de 35,9 MW, e energia assegurada de 80,2 MW-médios. (Não auditados)

Em 05 de novembro de 2015 ocorreu o exercício da Barragem de Fundão e galgamento da barragem Santarém, da empresa Samarco Mineração S/A, o que culminou em uma onda de lama que atingiu a bacia do Rio Gualaxo do Norte, afluente do Rio Carmo. O Rio Carmo é um dos principais afluentes do Rio Doce pela sua margem esquerda entre Ponte Nova e o Parque Estadual do Rio Doce. Após atingir o Rio Doce, esta onda que continha rejeitos de minério de ferro, entre outros materiais, foi se deslocando na calha do Rio, o que resultou na suspensão da operação da UHE Baguari no dia 08 de novembro de 2015, sendo que a usina retornou sua operação normal em 23 de março de 2016, e não há, até a presente data, indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos poderão perder capacidade de geração de benefício econômico futuro.

Em 11 de dezembro de 2015, através da Resolução Normativa nº 684, a Companhia optou pela Repactuação do Risco Hidrológico. A ANEEL autorizou a celebração do Termo de Repactuação através do Despacho nº 227, de 27 de Janeiro de 2016. Os impactos financeiros estão demonstrados na Nota Explicativa nº 6.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 04 de maio de 2017, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Concessionárias e Permissonárias;
- Nota 7 – Depreciação;
- Nota 8 – Amortização;
- Nota 10 – Provisões;
- Nota 12 – Concessões a Pagar;
- Nota 15 – Suprimento não faturado;
- Nota 18 – Imposto de Renda e Contribuição Social;

2.5. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício:

- Alterações à IAS 1 – Iniciativa de Divulgação – oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática.
- Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) – Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012-2014 – incluem diversas alterações a uma série de IFRSs, resumidas a seguir:
As alterações à IFRS 5 introduzem orientações específicas com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de "mantido para venda" para "mantido para distribuição para titulares" (ou vice-versa).
As alterações à IFRS 7 fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos.

A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações ao IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) - altera o IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa Para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos

usuários das demonstrações financeiras avaliarem as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subseqüentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.
- Em relação ao impairment de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com clientes – em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia ainda está avaliando os impactos que estas novas normas e alterações de normas existentes terão sobre os valores e divulgações apresentados nas suas Demonstrações Financeiras.

2.6. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras, em conformidade de às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

a) Concessionárias e Permissonárias

As contas a receber de concessionárias e permissonárias são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado e, subseqüentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

b) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, caso específico da Companhia, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 7.

c) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes ao contrato de concessão.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis.

São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

d) Redução ao valor recuperável

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subseqüente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Os ativos do imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

f) Receita

As receitas de suprimento de energia são contabilizadas com base na disponibilidade da infraestrutura (energia assegurada) e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

g) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas bancárias.

h) Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre as obrigações oriundas de seu contrato de concessão onerosa. Foi utilizada taxa de desconto compatível com o custo de captação de recursos da acionista Cemig Geração e Transmissão S.A. em operações com o mesmo prazo na data das operações, o que representa, na estimativa da Administração, um percentual de 12,50% a.a., incluindo a inflação prevista.

i) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível ao acionista controlador da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados. Não há diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Bancos conta movimento	322	352
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	1.668	2.758
Overnight	9.120	8.086
Total	11.110	11.196

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 50% a 105,25%, conforme operação).

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subseqüente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em, aproximadamente, 13,64%, e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016	2015
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	808	8.808
Letras Financeiras Bancos - LFs	18.295	29.573
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	4.756	5.795
Debêntures	2.582	9.939
Outros	-	11
Total	26.441	54.126

Circulante 25.305 **53.079**
Não Circulante 1.136 **1.047**

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras.

Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,5% a 105,25%, conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 112,7% do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento Exclusivo – FIC Pampulha possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 113% do CDI.

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 19 destas Demonstrações Financeiras.

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Total	
	2016	2015
Suprimento de Energia	1.949	17
Suprimento de Energia não Faturado	6.001	-
Total	6.001	17

A Companhia não constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa pelo fato da Administração entender não haver risco de perdas na realização destas contas a receber.

6. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

	2016
CIRCULANTE	
Repactuação do Risco Hidrológico	1.601
NÃO CIRCULANTE	
Repactuação do Risco Hidrológico	6.005
TOTAL	6.005

Em 3 de novembro de 2015, a Companhia optou pela Repactuação do Risco Hidrológico nos termos da Lei nº 13.203, de 9 de dezembro de 2015, através da Resolução Normativa nº 684, que estabelece os critérios para anuência e as condições da repactuação. A ANEEL autorizou a celebração do Termo de Repactuação através do Despacho nº 227, de 27 de janeiro de 2016.

A contrapartida desta Repactuação refere-se ao prêmio de risco a ser pago, juntamente com a cessão de direitos e obrigações à Conta Centralizadora de Recursos de Bandeira Tarifária – CCRBT, considerando o fator f de 3, para a classe de produto SP97.

A Companhia deverá recolher mensalmente à CCRBT o resultado multiplicado do montante mensal de 37,73MW médios de energia vinculado aos contratos do 1º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos – LEN (Produto 2010 – H30), pelo Prêmio Unitário do produto SP97, de R\$6,50/MWh, referindo-se à data-base de janeiro de 2015. O valor do prêmio de risco unitário será reajustado em janeiro de cada ano a partir do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. O recolhimento do valor mensal se dará a partir de 1º de outubro de 2021.

Considerando as condições da repactuação do risco hidrológico, a Companhia mensurou os efeitos correspondentes entre janeiro de 2015 e setembro de 2021 e reconheceu o montante de R\$9.207 mil em janeiro de 2016, sendo R\$1.601 mil no ativo circulante e R\$7.606 mil no ativo não circulante, de acordo com o período de sua realização. No exercício de 2016, a parcela de R\$1.601 mil foi realizada e registrada na conta de Repactuação do Risco Hidrológico no resultado.

7. IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos de imobilizado correspondem aos recursos aplicados no Consórcio UHE Baguari, referentes a estudos de viabilidade e ambientais, gastos com instalação de maquinários e demais gastos de implantação do empreendimento.